

O ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Antonio Carlos PINHEIRO*

O presente texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a questão ambiental articulada ao espaço urbano. Considerado um tema complexo e ainda pouco explorado, pretendemos apenas levantar questões para um debate. Sendo estas análises provisórias no conjunto do conhecimento, as mesmas podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade dos estudos no campo das relações da sociedade e da natureza.

Dissemos que a questão ambiental está relacionada ao espaço urbano. A cidade contém um limite administrativo, sua gestão, realizada por meio de divisões em departamentos e secretarias, acontece com o objetivo de obter-se maior controle sobre o espaço urbano. A cidade, para o poder municipal, pode ser demarcada em áreas, zonas e distritos. Procedimento comum nas grandes e médias cidades, este modelo reflete um padrão de administração que muitas vezes estabelece fronteiras entre um setor e outro. Evidentemente, este fato representa um plano que está ligado à própria concepção de organização existente na ciência e na sociedade. Neste sentido, os diversos problemas do cotidiano da cidade são tratados de forma fragmentada e em si mesmos. Para Rodrigues (1995)¹, *o meio ambiente urbano compreende "... o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e*

(*) Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas - ICH PUC-Campinas.

memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivos”.

A urbanização é hoje um modo de vida, com diferentes territorialidades que revelam mobilidades, deslocamentos, reflexos da produção, do consumo, dos movimentos sociais, das idéias, etc. A população em geral, influenciada pela visão de natureza predominante na sociedade capitalista, ou seja, que esta é um recurso a ser utilizado e que a mesma deve ser controlada, acaba desprestigiando-a no cotidiano e, assim como o poder público, os habitantes da cidade não percebem a natureza no conjunto dos problemas urbanos. A cidade é uma das obras do homem que, apropriando-se da natureza, transforma-a, fazendo desaparecer *simbolicamente* a natureza por meio de suas formas (RODRIGUES, 1995).

As análises da cidade explicam-se por duas vertentes distintas: *a morfologia da cidade*, busca estabelecer uma relação descritiva, tratando da concentração populacional como agentes de transformação; *a função da cidade*, busca analisar a vida sócio-eco-nômica por meio de uma forma interpretativa das dimensões sócio-afetivas.

A natureza, na análise ambiental, e o urbano, nos estudos geográficos, têm sido considerados de forma fragmentada ou segmentada, quase sempre não articulados com a produção e o consumo. Na cidade a natureza está oculta. Entretanto, a falta de uma ampla bibliografia específica sobre esta questão, exige um esforço maior na construção de referenciais teórico-metodológicos que permitam estudar as complexidades da relação da sociedade com a natureza, particularmente no que se refere ao espaço urbano.

A urbanização atualmente compreende as cidades, as megalópolis, as metápolis, as metrópolis. A cidade, enquanto expressão do urbano, é hoje o lugar da produção e do consumo mas, conseqüentemente, é também o lugar onde existe a maior concentração populacional em relação à totalidade do território, principalmente nos países industrializados, sejam ricos ou pobres. No Brasil este processo é significativo, na medida que hoje cerca de mais de 80% da população está concentrada nas cidades. Este fato provoca

diversos problemas, como exclusão em relação à moradia, aos serviços públicos, entre outros. Particularmente por ser o capitalismo um modo de produção altamente expropriador e desigual, promove tanto a apropriação desmedida da natureza como a exploração dos indivíduos.

A idéia de cidade mundial é difundida por diversos autores² como uma manifestação da atualidade. Esta idéia vem do fato de muitas cidades estarem conectadas nas redes internacionais de telecomunicações e instituições financeiras, que controlam o mercado capitalista em escala local e mundial. As preocupações relativas à política ambiental urbana no contexto do consumo sustentável, estimulam as discussões sobre o planejamento urbano em relação ao deslocamento e gestão ambiental. Por outro lado, com o advento da comunicação e dos avanços tecnológicos, as novas ordens mundiais, caracterizadas pela unidade e diversidade, transformam os espaços estabelecendo novas territorialidades, e formulando representações e ideologias. A mundialização da cultura e a globalização da economia criam novas necessidades na sociedade civil que se reorganiza para encontrar novas possibilidades de reprodução. A territorialidade, com a globalização, está se alterando cotidianamente, influenciando sobre as concepções de sociedade e natureza.

A natureza, no contexto da globalização, é divulgada como um patrimônio de toda a humanidade; assim, sem limites, pode ser apropriada por meio do domínio de conhecimentos concentrados nos países ricos do norte. Altivater (1995)³, afirma que é consenso a constatação de que o modo de produção e de vida dos homens do norte, precisam ser responsabilizados prioritariamente pela crise do meio ambiente, pelo efeito estufa, pelo envenenamento ambiental, pelo buraco na camada de ozônio e pela poluição dos mares. Os discursos, como é caso dos formulados para divulgar as enchentes nas cidades, sobretudo os difundidos pela imprensa, apresentam a natureza como responsável por muitos desastres, novamente exigindo seu controle e conhecimento. No senso comum, a natureza é

entendida como os aspectos não humanos existentes na terra, a natureza humana está relacionada apenas aos aspectos biológicos, separada do social como fenômeno distinto. Entendemos, em uma visão emergente, que a forma como a sociedade se sente e se organiza é biológica e social simultaneamente.

A natureza pode ser compreendida de diversas maneiras. Isto depende do contexto sócio-histórico em que são formulados os seus significados por meio das relações estabelecidas pelos diversos grupos culturais. Para a maioria dos povos primitivos, ou com um modo de vida próximo à natureza, ela é vista como base para a sobrevivência, quase sempre adquire um significado místico-sobrenatural e, neste sentido, a natureza é mágica. Também a natureza é entendida como um organismo, representada pela natureza-Terra, nesta concepção, o planeta tem vida própria, podendo salvar-se por si mesmo.

No contexto da sociedade capitalista, a natureza é um recurso, uma mercadoria. Historicamente, a natureza foi apropriada estatalmente pelo Estado-Nação, como propriedade de um determinado país. É usada como medição de riqueza, vendida e comprada no mercado.⁴ Na cidade, por exemplo, a natureza está aparentemente oculta do ponto de vista da visão tradicional. Enquanto recurso, matéria-prima e mercadoria, ela não aparece, mas está implícita em todos os bens produzidos e consumidos pela sociedade: o alimento, a moradia, os eletrodomésticos, etc.

A natureza, nos produtos, apresenta-se transformada e diluída nas mais diversas formas e composições, desde o rótulo, a embalagem e o conteúdo. Fragmentos tirados do seu contexto, como um geodo de ametista ou o casco de uma tartaruga, e utilizados como objetos de decoração, adquirem outros significados, diferentes para as pessoas se estivessem no seu lugar de origem. O fato do padrão científico predominante na sociedade, capturar o conhecimento da natureza compartimentando e nomeando-a com significados incompreensíveis para a maioria da população, torna a natureza, enquanto totalidade, um fetiche. Compreendendo que no âmbito da sociedade

capitalista, existe uma função alienante para garantir a sua reprodução, assim como em todos os outros aspectos, na visão sobre a natureza também o senso comum constrói sua representação. A dicotomia entre sociedade e natureza, conhecimento científico e senso comum em contato com os interesses capitalistas transforma as linguagens resultantes em produtos vendáveis no mercado. Neste processo são produzidos novas representações nos sujeitos. Exemplo comum, são as ofertas de terrenos em vários empreendimentos imobiliários, que utilizam aspectos da natureza, neste contexto *o ar puro e o clima ameno*, são tratados como valor de troca e qualidade do produto.

A natureza é um conjunto de fatores, uma totalidade de acontecimentos e fenômenos combinados em um processo gradativo. Esta ligação transforma-se constantemente. Pode-se afirmar que os processos sociais também são complexos e, embora existam semelhanças geradas por um modo de produção, que tenta ser hegemônico, existem especificidades que dificultam os comandos dos grupos que buscam impor-se unilateralmente. A compreensão desta totalidade no contexto da diversidade sócio-ambiental do mundo, exige olhares mutáveis e divisíveis. A visualização desta complexidade torna os conhecimentos circunstanciais um conjunto de idéias, que representa fatos localizados em um espaço-tempo definido. A relação do conhecimento com o mundo é dinâmico, pois se contradiz a cada momento. A natureza está em constante transformação, os movimentos surgem do seu interior e exterior, estes movimentos criam a todo instante as possibilidades de adaptação. Assim, exercer uma ação humana na natureza é uma interação neste movimento. Por outro lado, se o movimento incorpora as ações, também congrega uma experiência sócio-cultural, impregnando o espaço-tempo de tudo que os sujeitos contém. O espaço produzido, especialmente o urbano, reflete intencionalidades, idéias e representações. Também o espaço, designado como natureza, e o conhecimento adivindo dele, historicamente, expressam as ações sócio-culturais: uma área de desmatamento, por exemplo, revela relações, intencionalidades e interesses por meio da escala da exploração realizada.

A natureza é o papel, a tinta, o computador, ou melhor, o montante imbuído no processo sócio-histórico que possibilitou a reflexão sobre ela própria. Está materializada nas formas e composições conhecidas, definidas e utilizadas pela sociedade, integra um mundo em constante transformação contendo tudo o que existe. Com base nas considerações acima, acreditamos que a formação de novos discursos e produções teóricas são necessárias para apoiar a multiplicidade dos processos de desenvolvimento, especialmente nos países pobres do sul, assim se entende porque *"...a questão ecológica é uma questão social; e hoje a questão social pode ser elaborada adequadamente apenas como questão ecológica.."* (ALTIVATER, 1995:18).

Para os moradores da cidade a natureza, enquanto paisagem, pode ser apreciada. A natureza como um produto fugaz do território é fator de consumo. De outra forma, é também marginalizada. A natureza aprisionada no espaço urbano é propagada como um bem comum, propriedade apropriada pelo setor público, privado e coletivo. O indivíduo, na sociedade, não tem espaço para manifestar sua crítica e descontentamento. No caso do Estado por exemplo, passa a agredir o espaço público, ou seja, a natureza que não vê, como os constantes ataques às escolas.

O que significa *bem comum*? Como esta idéia se concretiza na realidade? A natureza não tem fronteiras. A sociedade, no processo histórico, por meio do Estado nacional estabeleceu, para garantir a sua apropriação, baseando-se em rios e cadeias de montanhas, marcos delimitando os seus territórios. No âmbito das idéias o que muda não é a natureza, mas o pensamento sobre ela. A natureza é vista como aquilo que não é produzido, aparece como um valor de uso mas, no capitalismo, é um valor de troca largamente explorado. Santos (1994), ao referir-se sobre a importância da compreensão e manutenção da biodiversidade natural, alerta que a biotecnologia, no contexto do capitalismo atual, ao reproduzir por meio de manipulação genética dos animais e vegetais, promovem a *"...desvalorização das formas de vida e à sua redução a mera*

matéria-prima corresponde a introdução de patentes de genes e a reivindicação de propriedade intelectual para os bioprodutos inventados" (SANTOS, 1994:176)⁵. Desta forma, a natureza também é reproduzida pela sociedade.

A problemática ambiental urbana, explica-se no contexto da cidade na atualidade e do próprio modo de produção capitalista; o espaço compreende um conjunto de objetos geográficos distribuídos pelo território redescoberto pela problemática ambiental. Contudo, todas as práticas sociais são processos materiais com uma dimensão espacial, o espaço é um tecido complexo que reflete a dinâmica social. O tempo também tem sua dimensão social, a escala de espaço-tempo é uma das dimensões da organização da sociedade. O espaço-tempo, na atualidade, apresenta três aspectos: a) *é poder*, sobretudo pela prevalência da mercadoria; b) *produção*, garantida pelo Estado-Nação, resultante da divisão do mundo mediado pelo desenvolvimento; c) *conhecimento*, representado na atualidade pela lei de patentes, controladas pelas corporações internacionais.

O esgotamento dos recursos naturais e a sustentabilidade nas novas matrizes discursivas sobre a mudança de padrão de produção e consumo, perpassa hoje tanto o discurso oficial, tido como competente, quanto o alternativo, que se apresenta contra hegemonias. O ato de nomear é um ato de poder. O discurso oficial refere-se à tecnologia e ao cientificismo, apropriando-se do termo *desenvolvimento sustentável*, utilizando-o largamente para justificar as ações realizadas nos projetos e obras no espaço.

As visões relacionadas ao meio-ambiente existentes demonstram uma diversidade de interesses. A *preservacionista*, apresenta-se como radical, acreditando que o desenvolvimento deve ser paralisado mantendo a natureza intacta. A *conservacionista*, denuncia o esgotamento dos recursos, propondo um planejamento ambiental racional, principalmente na obtenção dos recursos. O *ambientalismo* ganhou projeção, pois questiona o modelo de desenvolvimento da sociedade atual com uma perspectiva catastrófica.

A idéia de sustentabilidade está ligada com práticas sustentáveis de povos simples. É notório a ambigüidade de definições sobre este termo, no entanto, observa-se uma unanimidade com relação às propostas em favor do desenvolvimento sustentável. (GUIMARÃES, 1994)⁶. Após a Eco\92, realizada no Rio de Janeiro, parece que uma visão tende a predominar, ou seja, que condiciona a preservação com o modelo de desenvolvimento atual, sobretudo por estar ligada ao discurso oficial⁷. Entretanto na medida que o Estado demonstra dificuldades para dirigir o desenvolvimento, por meio do planejamento governamental, o mercado despontou como o veículo para garantir a sustentabilidade deste processo, porém, é importante que este mercado seja devidamente regulado, num horizonte de longo prazo para as decisões públicas e considerando os planos para as gerações futuras. Mas a dificuldade do mercado capitalista em abandonar o imediatismo e diminuir a margem de lucros, constitui o grande obstáculo para este ideário de sustentabilidade. Historicamente, a indústria concentrou-se nas cidades contrapondo-se à agricultura e este processo, na direção do aumento da produtividade, provocou uma uniformidade nos cultivos, instaurando a monocultura para sustentá-la. Também estimulou o êxodo rural, expulsando para as cidades milhares de trabalhadores rurais, desterritorializados dos seus locais de vida e de trabalho. Nas cidades, essas pessoas inicialmente engrossaram o exército industrial de reserva, subempregados ou desempregados e com poucos recursos, ocuparam as áreas desprestigiadas da cidade, formando as favelas. Este processo de degradação social ocorre juntamente com o de degradação ambiental, e resultam de uma intensificação do padrão de produção e consumo industrial firmado nas regras do mercado. Esta crise foi e ainda é sustentada pelo capitalismo; desta forma, é difícil acreditar que o mercado possa solucionar a problemática ambiental globalizada da atualidade.

O padrão de produção e consumo nas ações oficiais tende a aumentar. Assim como a diversificação dos produtos e dos insumos e uso de energia, o consumo deve ser alterado, mas mantido e

implementado qualitativamente e quantitativamente. A visão alternativa propõe diminuir a produção dos produtos descartáveis, eliminar a obsolescência e alterar os insumos e o uso de energias. O consumo, nesta visão, deve ser reduzido adotando-se a reutilização e a reciclagem, buscando-se uma profunda alteração qualitativa.

A utilização racional nos discursos oficiais para as gerações futuras referente ao consumo, considera a tecnologia como necessária, no espaço urbano o consumo é mediado pela qualidade de vida dentro do padrão capitalista. Na perspectiva de Altivater (1995), a destruição da multiplicidade das espécies nas modernas sociedades industriais capitalistas, torna o ambiente natural mais uniforme, menos articulado e monótono. Os padrões de consumo propostos por vários grupos alternativos, baseados na agricultura orgânica e na reutilização, têm um custo alto para grande parte da população, exigindo um esforço individual e coletivo que depende de uma gama de fatores, desde educação, informação, melhoria das condições de vida e de salário, até programas de reciclagem dos resíduos (lixo) pelo poder público constituído.

A personalização do produto é uma característica do capitalismo. Esta personalização é própria do complexo simbólico. A globalização é uma homogeneização social da produção e do consumo. A forma como os produtos são produzidos no processo industrial e a forma como articulam-se as redes de consumo é garantida pela alienação. Este processo, no capitalismo, parece ser uma prática necessária para a reprodução das relações de produção existentes, entendidas como uma ação ideológica veiculada na atualidade pela área da propaganda e pelos meios de comunicação de massa.

O problema da identificação do responsável pelos problemas sócio-ambientais, é dificultado na medida em que as ações diluem-se na complexidade da atualidade. O ter, como manifestação do consumismo tem outro sentido, não é mais uma mercadoria fixa, pode ser por exemplo falar uma língua (inglês), assim vale mais o símbolo do que o produto (conteúdo). A nova dimensão do espaço-tempo representa uma intensificação e uma apropriação veloz da

natureza. Esta velocidade oculta o uso da natureza. A natureza, transformada em mercadoria, é simbolizada, entra em um processo de necessidade social criando uma necessidade individual. A Indústria do turismo, por exemplo, capturou o lazer e o transformou em uma atividade econômica. O desejo de estar em uma praia paradisíaca é estimulada pelo cotidiano caótico da cidade.

A questão da permeabilidade social, ou seja, a possibilidade de obtenção da mercadoria, seja a natureza-produto ou qualquer outra, pela totalidade da sociedade, é um discurso que esconde vários problemas. Diante da realidade do mundo atual, será possível adotar, para toda a humanidade, o mesmo padrão de produção e consumo das sociedades desenvolvidas dos países ricos do norte? Neste contexto, o intelectual deve compreender o quê? O entendimento, ou seja, o conhecimento ocorre como um processo externo à realidade? Existe uma culpabilidade social? As instituições, no contexto social, enquanto unidades comprometidas com o padrão de produção e consumo capitalista, estão articuladas com este processo produtivo? Os signos e símbolos são produzidos em que contextos? A significação é dada e produzida deliberadamente em um complexo de interesses? Este processo ocorre *naturalmente*, ao acaso? Os processos existem simultaneamente?

As questões acima, são dúvidas que não serão resolvidas neste trabalho, foram lançadas para posterior reflexão. Mas, se consideramos que as representações podem ser produzidas em um processo elaborado, então estas são realizadas com intencionalidades. Estes sujeitos, sendo parte de uma unidade da sociedade, isto é, instituições, empresas, etc, acabam por gerar ações e conseqüentes significados, que comprometem grande parte dos componentes destas referidas unidades. A instituição, por exemplo, enquanto espaço de ação dos sujeitos é responsável por suas ações. Historicamente, em várias instituições realizaram-se ações (Igrejas, Universidades, Empresas, Estado), os sujeitos ao fazerem isso levam estas instituições a interferir na realidade, estas ações concretas, no sentido da mudança que realizam, materializam-se, produzindo

marcas, assim a instituição, enquanto um sujeito social, compromete os seus integrantes individualmente e, mesmo sem consciência deste fato, reproduzem estas ações mantendo este padrão. Evidente que existem mudanças, mas estas podem estar sendo feitas na direção da continuidade, da implementação de um único modelo. Segundo Altivater (1995), a distância entre riqueza e pobreza não avança apenas em termos globais, mas sim em todas as sociedades nacionais. Este autor afirma que “...em conformidade com o princípio da transitividade, encontramos as contradições globais em cada país, em cada cidade do mundo unificado” (ALTIVATER, 1995:24). Outra questão importante refere-se ao modelo de industrialização capitalista que não é universalizável, pois para este modo de produção e de vida ser espalhado para todo o mundo, é necessário elevar o padrão de consumo de energia e material da população, tornando-os eficientes. Outro fator importante para a implantação deste padrão é a exigência de modelos ideológicos e de pensamento, além de instituições políticas reguladoras voltadas para este fim. Considerando que o ambiente e o desenvolvimento encontram-se em uma relação recíproca, existem recursos suficientes para este tipo de desenvolvimento em escala mundial? A existência do capitalismo está condicionada pelas desigualdades entre os diversos lugares do planeta? Ou é um modelo a ser atingido por todas as Nações ?

O planejamento, enquanto um processo de retirada daquilo que não é ordem como um desvio do modelo, é uma ação constante na relação da sociedade com a natureza. O limite não é dado pelo espaço que tem sido considerado como fetiche e como possibilidade. Atribuir ao espaço uma concretização, ou uma responsabilidade que ele não tem, sem considerar as ações dos sujeitos sociais, mais uma vez é descomprometer-se das responsabilidades que todos os que atuam na realidade têm. Evidentemente que este fato existe e é alimentado pelos setores ligados ao comando do processo produtivo, entretanto, esta complexidade, com a intensificação e padronização da comunicação, pode mascarar as ações destes responsáveis. Por outro lado, este mesmo avanço é o risco da desmistificação, pois

cada vez mais é de uso comum. Os desastres causados pela ocupação desordenada, como os desmoronamentos das encostas, ocupadas quase sempre pelas moradias de baixo poder aquisitivo, existentes nas grandes e médias cidades, são responsabilidades da natureza? Também a emissão de gases tóxicos na atmosfera, assim como a maioria das alterações ambientais são responsabilidade de toda a sociedade? A máxima *o homem destrói a natureza*, encontrada em vários discursos (oficiais, acadêmicos, movimentos ambientais e senso comum), atribui a todos as responsabilidades pela preservação da natureza, escondendo os sujeitos sociais envolvidos diretamente neste processo. A natureza e o coletivo, sem sujeitos responsáveis pelas catástrofes é uma mistificação erigida na própria organização sócio-econômica do modo de produção capitalista. A violência urbana, naturalizada, é também um símbolo desta tendência, relacionando a quantidade de dinheiro com a capacidade de sua obtenção. Estes processos são formas de alienação, de separação das ações engendradas em um padrão de desenvolvimento. A terra na cidade é mercadoria, mas sendo um bem essencial para a realização da vida das pessoas, e estas não podendo adquiri-la por meio do seu poder aquisitivo, passam a ocupá-la e este processo, historicamente, tem sido realizado em áreas desprestigiadas pelo capital e desprovidas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, além de serem áreas de riscos ambientais, como encostas e várzeas de córregos e rios.

Os movimentos populacionais no espaço urbano mundial, revelam alguns paradoxos: os países ricos limitam ou até impedem a migração, por outro lado, estimulam-se a natalidade, entretanto, nos países pobres, a política do controle populacional é imposta como a solução para os diversos problemas sociais e ambientais. As mudanças no padrão de urbanização preconizado pelo crescente desenvolvimento econômico, alterou o comportamento da população, especialmente o papel da mulher no esquema produtivo. A mulher é assimilada pelo mercado de trabalho, definitivamente. A explosão demográfica está relacionada com o processo de produção

e consumo da sociedade capitalista, mas a diminuição da taxa de natalidade está ligada sobretudo à queda da taxa de fertilidade.

O desenvolvimento sustentável condiciona-se à capacidade de suporte da população. Porém, esta visão, como já foi abordado acima, no âmbito oficial não se tem discutido o modelo de desenvolvimento capitalista, induzindo as pessoas a acreditar que a tecnologia, no contexto do padrão de desenvolvimento atual é a salvação do planeta. Mas, considerando que a sociedade baseia-se no descartável, onde cada vez mais pessoas aderem e conseqüentemente necessitam de maiores quantidades de produtos, a capacidade de consumo torna este modelo, sobretudo nas cidades, um problema sócio-ambiental, colocando em dúvida a idéia de progresso preconizada pelo capitalismo. O problema da crise atual explica-se na crise paradigmática. A diversidade e complexidade da realidade provoca uma revisão profunda nos pilares de sustentação filosófica e epistemológica da técnica e da ciência ocidental.

A natureza está aprisionada no cotidiano, porque reflete a forma como vem sendo tratada no campo do conhecimento técnico-científico. A ciência moderna, ao fazer a distinção entre ciências naturais e sociais, dirigiu todo o conhecimento para uma dicotomia neste dois últimos séculos, fazendo uma separação no pensamento e na ação prática da sociedade. O modelo de racionalidade que predominou neste contexto, foi baseado no modelo das ciências naturais. Este modelo foi entendido como global e universal, sendo um modelo totalitário.

O paradigma dominante, baseado no domínio das ciências naturais, postula uma verdade única que transformou-se num pressuposto para todos os estudos realizados, principalmente no século XIX, com a sistematização da ciência moderna. Entre os diversos princípios determinados neste época, esta visão de mundo conduz duas distinções fundamentais, entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, e entre natureza e homem.

Na atualidade, vários autores anunciam um paradigma emergente. Santos (1996)⁸, defende um paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Este autor apresenta alguns referencias para reflexão. Inicialmente, aponta que todo o conhecimento científico-natural é científico-social, a distinção dicotômica entre as ciências naturais e sociais na atualidade não faz sentido. É fundamental introduzir a consciência no ato do conhecimento, assim como no objeto do conhecimento, possibilitando uma transformação na distinção sujeito/objeto. O conhecimento deve ser não dualista, firmando na superação das distinções. A resistência de grande parte dos cientistas sociais na não aceitação dos paradigmas das ciências naturais de forma acrítica, é o substrato para a busca de outros caminhos. "*Não há natureza humana porque toda a natureza é humana*". (SANTOS,1996:44)⁹. O mundo é comunicação, é importante que os procedimentos relativos ao entendimento da realidade estejam no cerne de todas as formas de conhecimento.

Para Santos (1996), todo conhecimento é *local e total* e tem como horizonte a totalidade universal. É local, pois se organiza em torno de temas de interesses dos grupos sociais concretos como projetos de vida locais; é um conhecimento sobre as condições de possibilidades, constitui-se com base em uma pluralidade metodológica, o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista o que o torna total.

O autor citado acima, também afirma que todo conhecimento é *auto-conhecimento*, o ato do conhecimento e o produto são inseparáveis. A ciência, no paradigma emergente, é mais contemplativa do que ativa, proporciona um busca e um encontro simultâneo do pesquisador. O conhecimento, como uma rede de conexões entre os fatos, entre as pessoas, entre as coisas do mundo adquire uma função concreta de prazer (CALVINO,1990). Também a aproximação com outras formas de conhecimento, como a arte, a literatura, a poesia entre outros, pode ampliar o entendimento do mundo.

Todo o conhecimento visa constituir-se em senso comum, a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos, o cientista é um ignorante especializado e o cidadão comum um ignorante generalizado (SANTOS, 1996). O conhecimento do senso comum, e o conhecimento vulgar, é a prática que orienta no cotidiano nossas ações e nossas vidas. O senso comum faz coincidir causa e intenção, separados no paradigma dominante. A transformação do conhecimento científico, em algo que possa ser de domínio comum, contribuirá para o avanço da sociedade, literalmente.

Este processo, aparentemente catastrófico, tem estimulado o surgimento de vários movimentos que, contraditoriamente, emergem da crise. Os novos movimentos sociais, como o caso do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, os movimentos ambientalistas e a luta pelos direitos humanos como uma maneira de viver, responde às novas necessidades filósófico-espirituais da sociedade. A preocupação com o transcendente, com a natureza, com os outros e consigo mesmo demonstra o desejo de transformação que vem minando o ideário do padrão dominante de desenvolvimento. É consenso, entre os diversos grupos, o investimento na formação dos sujeitos. Na atualidade, o debate da crise paradigmática tem encontrado, na visão de totalidade dos acontecimentos e dos fenômenos, condições para buscar novas alternativas. Neste processo, a auto-estima e mobilização sócio-ambiental são fundamentos para a realização de ações que possam interferir na realidade.

NOTAS

(1) RODRIGUES, Arlete Moysés. **O Meio Ambiente Urbano - Algumas Proposições Metodológicas sobre a Problemática Ambiental** In Simpósio de Geografia Urbana - AGB - 1995 - Fortaleza - Deptº de Sociologia - IFCH - UNICAMP - Campinas - 1995 - Mimeo, p. 1.

(2) Ver CORDEIRO H. K. In: **Fim de Século e Globalização**, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

(3) ALTIVATER, Emar. **O Preço da Riqueza**, São Paulo: Ed UNESP, 1995.

- (4) A teoria da *espaço vital* formulada por Ratzel, demonstra a importância do território enquanto poder e riqueza de um povo. MORAES, A. C. R. (org). **Ratzel**, São Paulo: Ática, 1985.
- (5) SANTOS, Laymert G. **A encruzilhada da Política Ambiental Brasileira**, In Rev. Novos Estudos, N. 38 - Mar/1994, SP:CEBRAP.
- (6) GUIMARÃES, Roberto P. **O Desafio Político do Desenvolvimento Sustentável**, IN Lua Nova (Rev de Cultura e Política N. 35), Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- (7) SANTOS informa que *...o lema do capitalismo verde é salvar o planeta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo. Talvez não seja possível salvá-lo, se ficar demonstrado que as duas intenções são incompatíveis...*
- SANTOS, Laymert G.** A encruzilhada da Política Ambiental Brasileira, **IN Rev Novos Estudos, N. 38**, Mar/1994, São Paulo: CEBRAP, p. 176.
- (8) SANTOS, Boaventura S. **Um Discurso Sobre as Ciências**, Porto: Afrontamento, 8ª Ed., 1996.
- (9) Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza**, São Paulo: Ed UNESP, 1995.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e Indústria**, São Paulo: Contexto, 1988.
- CORDEIRO, Helena K. **A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano**, IN Fim de século e globalização (Milton Santos-org), S Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- GUIMARÃES, Roberto P. **O Desafio Político do Desenvolvimento Sustentável** In Lua Nova (Rev de Cultura e Política N. 35) Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- MORAES, A. C. R. (org). **RATZEL**, São Paulo: Ática., 1985.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **O Meio Ambiente Urbano - Algumas Proposições Metodológicas sobre a Problemática Ambiental**

IN Simpósio de Geografia Urbana - AGB-1995 - Fortaleza-CE - Deptº - de Sociologia - IFCH - UNICAMP, Campinas, 1995 - Mimeo.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**, Porto: Afrontamento, 8ª Ed, 1996.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **A encruzilhada da Política Ambiental Brasileira** IN Revista *Novos Estudos*, N. 38 - Mar. 1994, São Paulo: CEBRAP.